

Governo rejeita Orçamento rígido

J. França - 29/7/99

ILIMAR FRANCO

BRASÍLIA - O ministro do Planejamento, Martus Tavares, disse ontem que as condições do país ainda não permitem que se tenha um Orçamento de execução obrigatória. "A estabilidade é uma experiência recente no país e não temos ainda uma cultura de responsabilidade fiscal", afirmou.

A declaração do ministro foi feita a propósito da intenção, revelada pelo **JORNAL DO BRASIL**, dos presidentes da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), e do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), de apresentar emenda constitucional tornando o Orçamento determinativo. A iniciativa é uma reação às dificuldades que os parlamentares enfrentam para liberar suas emendas ao Orçamento.

Impactos - Tavares alegou que a economia brasileira é sensível à situação internacional e isto tem obrigado o governo a contingenciar parte do Orçamento. "O orçamento impositivo não seria compatível com as necessidades de ajuste fiscal decorrentes dos impactos que sofremos", acrescentou.

O ministro argumentou que a situação do Brasil não se compara à dos Estados Unidos, onde a lei orçamentária é determinativa. Ressaltou que os americanos são menos afetados pelas oscilações da economia mundial, emitem a principal moeda internacional - o dólar - e têm experiência secular de estabilidade. No caso brasileiro, lembrou, "não se pode ter uma despesa impositiva, se do ponto de vista econômico a arrecadação não é".

Para o ministro, a questão é muito simples: "Se o nível da atividade econômica, devido a uma crise internacional, vier a cair, isso provoca uma diminuição na arrecadação tributária. Nesse caso, a despesa não pode se manter constante". Se o governo fosse impedido de ajustar suas despesas, continuou, o resultado seria a falta de controle sobre o déficit público.

Cultura - Tavares disse que, antes de se falar em orçamento obrigatório, é necessário criar a cultura da responsabilidade fiscal. "Os governantes precisam aprender a conviver com as restrições fiscais, não fazer dívidas que não possam ser honradas", criticou. Sua avaliação é de que a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que está sendo discutida na Câmara, é um passo importante nesse rumo.

Apesar das dificuldades apontadas, o ministro acredita que o processo de elaboração do Orçamento está caminhando para aproximá-lo cada vez mais da realidade. "O Orçamento para 2000, que enviamos ao Congresso, tem 100% de chance de que sejam executadas todas as obras, projetos e programas previstos", afirmou. O ministro ressaltou que, diante de qualquer mudança no cenário da economia, o governo poderá adotar novamente o contingenciamento de verbas.

Participativo - Tavares disse que não tem simpatia pela adoção no plano federal da experiência do orçamento participativo, adotado pela PT na prefeitura de Porto Alegre e no governo do Rio Grande do Sul. À primeira vista, sua avaliação é de que no plano federal não é possível realizar assembleias populares para definir prioridades orçamentárias.

Além disso, destacou o ministro, o orçamento é diferente nos planos federal, estadual e municipal. "O orçamento federal é mais estruturante, enquanto o dos municípios trata mais do varejo", comparou.

Tavares ressaltou que o Plano Plurianual Avança Brasil foi elaborado de forma participativa. Foram feitas 27 reuniões com governos estaduais, representantes da iniciativa privada e organizações não-governamentais (ONGs), para discutir os Eixos Nacionais de Desenvolvimento. "Nós apresentamos uma proposta de projetos para o país e houve uma identidade de 90%", relatou.



Tavares disse que Orçamento flexível é defesa contra a instabilidade da economia globalizada